	<b>Síntese da Reunião</b>		
	<b>Assunto: Comissão Gestora de Precedentes</b>		
	<b>Local:</b> Gabinete - Sala 213 S	<b>Horário:</b> 10h00min	<b>Data:</b> 12/03/2020
<b>Participantes:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desembargador João Augusto Alves de Oliveira Pinto;</li> <li>• Desembargadora Aracy Lima Borges;</li> <li>• Juíza Adriana Sales Braga;</li> <li>• Juiz Joséfison Silva Oliveira;</li> <li>• Juiz Moacir Reis Fernandes Filho; e</li> <li>• Líbia Maria A. de Andrade F. Lima - Assessora Técnico-Administrativo NUGEP</li> </ul>			

### Atividades

No dia 12 de março de 2020 reuniram-se na sala 213 S, localizada no prédio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os integrantes da Comissão Gestora de Precedentes: Desembargador João Augusto Alves de Oliveira Pinto, Desembargadora Aracy Lima Borges, Juíza Adriana Sales Braga, Juiz Joséfison Silva Oliveira, Juiz Moacir Reis Fernandes Filho, com a participação de Líbia Maria A. de Andrade F. Lima - Assessora Técnico-Administrativo NUGEP.

Registre-se que as Desembargadoras Maria de Lourdes Pinho Medauar e Joalice MARIA Guimarães de Jesus informaram a impossibilidade de comparecimento.

Na reunião, houve uma exposição breve acerca do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, com a indicação dos normativos que o instituíram e suas principais atribuições.

Além disso, foram destacadas as competências da Comissão Gestora de Precedentes introduzidas no Regimento Interno do TJBA, em especial a relativa ao acompanhamento, antes da distribuição, dos processos que possuam potencial de repetitividade e a relevância da comunicação com os relatores dos incidentes em trâmite nesta Corte Estadual.

No tocante à tramitação dos incidentes no TJBA, foi mencionado que em regra ultrapassam o período de 1 (um) ano previsto na lei processual em vigor.

Noutro ponto, os participantes destacaram a importância do uso da inteligência artificial para identificação de demandas repetitivas, ou com potencial de repetitividade e para o aperfeiçoamento do gerenciamento de precedentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. O sistema utilizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) foi citado como referência para monitoramento e identificação das demandas múltiplas.

O NUGEP mencionou que a Comissão Gestora no biênio anterior visitou o TJMG para conhecer o sistema RADAR, todavia, até o momento, não foram implementadas inovações tecnológicas para o acompanhamento das demandas repetitivas.

Destacou-se ainda a importância da padronização de procedimentos e o seu impacto na condução das demandas múltiplas.

Na oportunidade, foi distribuído aos membros da Comissão Gestora uma pasta contendo o resumo e as

atas das reuniões realizadas no Biênio 2018/2020, além dos atos normativos aplicáveis ao NUGEP e a referida Comissão e a cópia do Termo de Cooperação firmado entre o TJBA e o STJ.

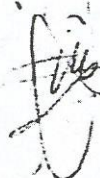
Foi sugerida a realização de visita ao TIMG com o objetivo de conhecer a dinâmica adotada para gestão dos precedentes, bem assim os recursos tecnológicos utilizados para gestão dos precedentes.

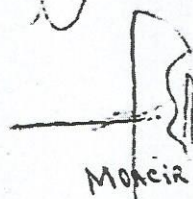
#### DELIBERAÇÃO

- 1) Agendada a próxima reunião para o dia 13/04, às 10 horas, na sala 310 do Anexo II;
- 2) O NUGEP entrará em contato com o TIMG para obter informações sobre compartilhamento do sistema RADAR.

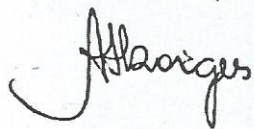
A reunião designada para 13/04 não foi realizada, a partir da suspensão dos trabalhos presenciais (Covid-19) a sessão, oportunamente, remanejada.  
Sexta-feira, 16 de Junho de 2020.

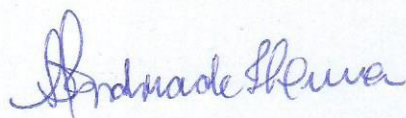
Desembargador José Aguiar A. de Oliveira Filho  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes.

 Arnon Z. V. Prestes

 Mônica F. de Siqueira  
Mônica F. de Siqueira filha

Adriano Braga

 Alarico

 André de Oliveira